

## INTRODUÇÃO\*

O presente livro surge da articulação entre o Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Capitalista, Trabalho e Política Social (GPODE), o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS), ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, e o Grupo de Estudos e Pesquisa Marxistas em Política Social (GEMPS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Tem por objetivo contribuir com o debate acerca da crise estrutural do capital e a radicalização do neoliberalismo como resposta político-econômica e ídeo-cultural da ofensiva da classe dominante para gerir as contradições cada vez mais exponenciadas desse modo de produção no atual momento histórico. A obra congrega análises de um conjunto de intelectuais, oriundos de diferentes universidades brasileiras – UFF, UFRJ, UNIRIO, UFRRJ, UERJ, UNIPAMPA, PUC-RS–, e atenta para as particularidades do capitalismo dependente brasileiro, problematizando os impactos sobre a vida da classe da trabalhadora, em função do desmonte das políticas sociais e da perda de direitos, em seus aspectos histórico-materiais concretos de raça, gênero e sócio-espaciais, com atenção às medidas do contexto do pós-golpe no Brasil, que desde 2016 vem configurando uma ofensiva ultraneoliberal cada vez mais autoritária cujas medidas vêm corroendo aceleradamente as bases materiais dos direitos.

As transformações do capitalismo contemporâneo e a correspondente refuncionalização do Estado, visando garantir a reprodução ampliada do capital, provocam profundas alterações no conjunto das políticas sociais. A atual fase de desenvolvimento capitalista, iniciada nas últimas três décadas do século passado, está marcada por uma crise sistêmica e permanente. O capital, por meio de um conjunto de contrarreformas em andamento, responde a sua própria crise de superprodução de mercadorias e superacumulação de capitais, e gera

---

\*DOI- 10.29388/978-65-86678-47-5-f.11-22

renovados processos de centralização e concentração da riqueza sem paralelos na história.

Desde 2008, a crise capitalista segue acentuando as contradições do capital, com insignificantes momentos de retomada do crescimento. Sob hegemonia das finanças, vivenciamos um tempo de intensificação de liberalização de regulamentações restritivas ao movimento planetário do grande capital e os Estados nacionais assumindo medidas de austeridade cada vez mais endurecidas para garantir sobrevivência à valorização financeira através de vários mecanismos, como os superávits primários para pagamentos de serviços da dívida pública, privatização de serviços e segmentos ainda sob domínio do estado, precarização e privatização de políticas sociais e corte de direitos.

De acordo com Fraser (2019) capitalismo financeirizado representa uma forma historicamente específica de organização das relações capitalistas, extremamente “predatória e instável que libera a acumulação de capital das próprias restrições (políticas, ecológicas, sociais, morais) necessárias para sustentá-lo ao longo do tempo”. Com a luta de classes estando muito mais favorável à classe detentora dos meios de produção, as restrições postas pelas pautas e lutas políticas da classe trabalhadora, seguem sendo derrubadas pelo capital na tentativa de controlar seu incontrolável sistema sociometabólico (MÉSZAROS, 2011). A expansão da mercantilização das relações sociais para todos os segmentos da vida humana torna “a vida social cada vez mais economicizada” e “a busca irrestrita pelo lucro desestabiliza as próprias formas de reprodução social, sustentabilidade ecológica e poder público dos quais depende [...] o capitalismo financeirizado é inerentemente uma formação social propensa a crises” (FRASER, 2019, p. 66).

No âmbito do aprofundamento da crise do capital o mundo tem vivenciado uma virada política ao campo da extrema direita, que engendra uma escalada exponencial do conservadorismo e a radicalização neoliberal como a única forma histórica concreta possível para garantir a continuidade e reprodução do modo de produção capitalista. Segundo Chomsky (2020), o que estamos enfrentando hoje não chega a ser o que foi o nazismo, mas trata-se da disseminação do que algumas vezes é denominado de “Internacional ultranacionalista e re-

acionária, alardeada abertamente por seus defensores” dos quais é mais exemplar as eleições de Trump, nos Estados Unidos.

Na América Latina temos vivenciado ameaças gravíssimas à democracia como a tentativa constante de Golpe contra a Venezuela, o Golpe na Bolívia, além das vitórias eleitorais de partidos de extrema direita no Uruguai, Chile, os conflitos deflagrados por Lênin Moreno, no Equador e a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, o que para Chomsky (2020) “alçou ao poder o mais extremista, o mais abominável dos ultranacionalistas de direita” que agora assolam o hemisfério.

Para Fernandes (2019) é fundamental pensar a guinada política-ideológica de segmentos da classe média e mesmo algumas frações da classe trabalhadora ao projeto que culminou na eleição de Bolsonaro ainda nas manifestações de junho de 2013. A fragmentação da esquerda e a capacidade da direita em capitanear as demandas dos movimentos daquele período são elementos que sedimentam os processos ideopolíticos dos anos seguintes.

Tais manifestações expressavam, entre outros elementos, o esgarçamento da via conciliatória petista com a explosão do descontentamento do precariado (BRAGA, 2017), a intensificação dos efeitos da crise global capitalista, que se arrastava desde 2008 e que, finalmente, chega com toda força ao Brasil. Tais condições, conciliadas com a capacidade expressa pelo campo da direita reacionária em aglutinar e reverter a onda contestatória em função do ideário ultraneoliberal e antipetista solaparam quaisquer possibilidades de reorganização de bases para sustentação a longo prazo do projeto petista para gestão da crise do capital no país. O fenômeno do antipetismo, insuflado pelo discurso do combate à corrupção, o avanço do conservadorismo moral, a intensificação da criminalização dos movimentos sociais e uma espécie de satanização da esquerda, em conjunto com o aprofundamento da crise econômica e o desejo político da burguesia de não ter que fazer nenhum tipo de concessão aos interesses dos trabalhadores, forjaram as condições para o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Com o processo do golpe em 2016 e o esgotamento da estratégia de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores tem-se uma derrota não apenas do projeto de poder do PT, mas um impacto para todas as forças progressistas. Está em jogo a cons-

trução de uma nova hegemonia que conjuga um golpe nas ilusões democráticas, com fortalecimento do projeto da direita reacionária e a implementação de uma agenda regressiva para a classe trabalhadora, em todos os níveis (BRAZ, 2017).

Michel Temer assume o governo com uma agenda dura de contrarreformas a serem realizadas das quais são elucidativas a aprovação do Novo Ajuste Fiscal, com a Emenda Constitucional Nº 95, a Lei de Terceirizações e a Reforma Trabalhista. Sob uma massiva desaprovação popular, o governo Temer, apesar de todas as medidas adotadas, foi incapaz de garantir uma “arrancada” econômica que satisfizesse o grande capital nacional e internacional, além de piorar os indicadores de pobreza, desemprego e precarização do trabalho.

Bolsonaro surgia no cenário político como representante dos segmentos mais reacionários da política brasileira, arregimentando em seu projeto frações das Igrejas protestantes (sobretudo neopentecostais) e da Igreja Católica, setores da classe média e do pequeno empresariado, das Forças Armadas, além de segmentos da classe trabalhadora empobrecidos e desacreditados “da política tradicional”. De imediato, não representava o projeto dos grandes capitalistas e grande mídia, mas acabou recebendo o apoio (aberto ou velado) destes em função da inviabilidade do candidato mais próximo ao “liberalismo mais letrado” do PSDB, Geraldo Alckimim.

Tal como nas eleições, a base de apoio de Bolsonaro não congrega um corpo homogêneo. Desde setores liberais mais afetos aos ganhos da civilidade à parte da grande mídia, que começa a mostrar as aberrações cometidas e defendidas pelo presidente, expõe fraturas e cisões entre frações da classe dominante no Brasil. Se não há unidade em relação a alguns aspectos, “o projeto econômico implementado pelo *Chicago boy* Paulo Guedes é amplamente apoiado pela burguesia e pelas principais instituições do país” (BENJAMIN, 2020, p. 158).

Temos, com o governo iniciado em 2019, uma radicalização do neoliberalismo, que não é um fenômeno exclusivo do Brasil, mas um processo global que responde às demandas do capitalismo contemporâneo para garantir sua continuidade e que, numa nova geração de ajustes, soçobra quaisquer possibilidades minimamente pro-

gressistas que outrora poderia congrega. Para Dardot e Laval (2016), “o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo” uma dada racionalidade inexorável que sedimenta as bases “de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida” (p. 17).

O ultraneoliberalismo não pode ser pensado, no Brasil, fora das determinações que radicam a própria escalada conservadora, sendo, portanto, dimensões do movimento da classe dominante para garantir condições de gestão da crise do capital no âmbito do capitalismo dependente brasileiro. Conforme sinaliza Benjanmin (2020), “o Bolsonarismo tem traços de fascismo e aglutina um segmento fanatizado, intolerante e violento” (p.161). Neste sentido, casa bem com particularidades centrais da nossa formação social – como o autoritarismo, o racismo, o machismo e a lgtbfobia–, que são alçadas ao nível da luta de classes com vieses ainda mais atroz para garantir a exploração, perpetrando formas históricas de opressão.

Nesta direção, assentado sob as forças mais conservadoras da sociedade brasileira, o governo de extrema direita de Bolsonaro, em vigência desde 2019, segue intensificando a via autocrática e autoritária do Estado burguês brasileiro sob a consolidação da “democracia blindada<sup>1</sup>” (DEMIER, 2017). O desmonte das políticas públicas, portanto, segue concomitante ao aprofundamento dos traços neofascistas do governo Bolsonaro e sua política de ódio contra os grupos socialmente discriminados e seus opositores políticos.

A reforma da previdência aprovada em 2019 foi um dos pontos chaves da agenda neoliberal de Ministro de Economia, Paulo Guedes. Ela foi escolhida como prioridade dos grandes grupos econômicos e especialmente dos bancos, apesar das manifestações de resistência ocorridas em todo Brasil. O governo Temer e posteriormente o de Bolsonaro, construíram uma imagem dessa reforma ser “necessá-

---

<sup>1</sup> O conceito utilizado pelo autor não significa que as democracias liberais atuais do Brasil, Europa, Estados Unidos etc. estejam livres de golpes de Estado, intervenções, rupturas e demais situações que poderiam atrapalhar o seu funcionamento. O que o escritor entende como “democracias blindadas” são governos que se apresentam como democráticos, mas que se fecham cada vez mais ao povo, às demandas e aos anseios populares, blindando-se, fechando-se e não abrindo espaço para que essas reivindicações sejam atendidas, ou sequer ouvidas pelos governantes. Disponível em: <<file:///C:/Users/ferki/Downloads/289-Texto%20do%20artigo-1291-1-10-20181227.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

ria para combater privilégios”, mas, sabe-se que o objetivo é ampliar os lucros dos fundos de pensões desfinanciando a previdência pública, atacando a lógica da solidariedade entre gerações e substituindo-a por um regime de capitalização individual nos moldes chilenos<sup>2</sup>.

Com a situação de crise sanitária, econômica, social e política aqui e alhures que se instalou com pandemia decretada desde março de 2020, as contradições do capitalismo se acentuam e fazem eclodir as implicações de sua lógica destrutiva sobre os direitos sociais, as políticas sociais e o serviço público, desnudando o Estado cujo papel fundamental se traduz no ímpeto salvacionista dos lucros e na socialização dos custos da crise com a classe trabalhadora

No atual momento, onde as agências internacionais estimam a retração da economia mundial e o aumento da extrema pobreza, não apenas a doença como o seu enfrentamento por parte dos governos se constituem como expressão da crise do capital. Com o número crescente de pessoas infectadas e mortas e as projeções nada otimistas de escassez e insegurança alimentar, as saídas científicas e a necessidade de meios eficazes para deter a contaminação contrastam com o negacionismo do governo brasileiro e a enxurrada reacionária que desafia as recomendações preventivas das autoridades sanitárias e estimulam perversamente os segmentos mais desprotegidos a buscarem saídas individuais.

A pandemia aumenta concentração de renda e a distância entre poucos bilionários e milhares de pobres e na contradição permanente de um sistema econômico parasitário, o privilégio das classes dominantes são inversamente proporcionais aos desafios dos segmentos que vivem ou tentam viver da venda da sua força de trabalho e que em meio às incertezas de um contexto de banalização da barbárie, acompanham com medo o risco do adoecimento e da morte, não somente pela contaminação pela doença, mas pela dimensão imperativa das desigualdades sociais, raciais e de gênero.

---

<sup>2</sup>O regime de capitalização no Chile foi imposto pela ditadura de Augusto Pinochet e ainda permanece. Existe movimento social organizado “Não mais Administradoras de Fundos de Pensão (AFP)”, que exige ao governo o fim desse modelo que tem provocado que idosos continuem trabalhando com mais de 80 anos e também onda de suicídios na terceira idade. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/global/chile-capitalizacao-da-previdencia-faz-idosos-morrerem-trabalhando-e-suicidio-bater-recorde/>>. Acesso em: 22 jun.2020.

O tratamento intelectual de tais contradições no momento histórico presente, de crise sob a pandemia da COVID-19, nos exige o esforço crítico de, num contexto de distanciamento social e ascensão de um governo que elegeu a universidade como inimiga, produzir sínteses que busquem contribuir para pensar o aprofundamento da crise do capital, seus impactos no Brasil e novas perspectivas de resistências e lutas. Foi difícil chegar até aqui, mas o conjunto de textos reunidos nessa publicação revela também a nossa esperança.

*As “saídas” do capital para a crise do capital (ou, o que devemos enfrentar)* é o título do capítulo escrito por Flávio Miranda e Marcelo Dias Carcanholo, em que avaliam a conformação do processo de superacumulação de capital que corresponde à crise econômica atual. À luz da crítica marxista da economia política, discutem o papel do Estado neoliberal no capitalismo contemporâneo, argumentando que este corresponde às condições gerais para a acumulação do capital tal qual estas se afirmaram desde a crise dos anos 1960/70, apresentando dados que explicitam vários contextos de crise e a importância do Estado no socorro ao capital.

O capítulo intitulado *Capitalismo, crise e ideologia: a supressão de direitos como resposta da aliança conservadora-neoliberal*, de autoria de Rene José Keller e Suéllen Bezerra Alves Keller, analisa o processo de supressão de direitos promovido pela aliança conservadora-neoliberal, gestada como resposta à ideologia da crise. Nessa direção, os autores problematizam a ascensão do conservadorismo, que esteve na base do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e que, capitaneado pela grande mídia e por setores extremistas da sociedade brasileira, culminou na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, com o apoio de setores religiosos, empresários e militares, correspondendo à base social da aliança conservadora-neoliberal.

O capítulo *Trabalho e Mediação Digital: racionalização e erosão de direitos*, de autoria de Rosângela Nair de Carvalho Barbosa, aborda a transformação da gestão do trabalho, das relações e condições de trabalho a partir da mediação digital, problematizando a importância de dispositivos de inovação tecnológica como as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e a IA (Inteligência Artificial)

para viabilização da flexibilização do trabalho, embaçando as relações e as jornadas de trabalho ao passo que externaliza parte dos custos produtivos e os riscos sociais da economia mercantil para os trabalhadores.

Genesis de Oliveira Pereira, no capítulo intitulado *Fundo público e precarização do trabalho: as disputas em torno do Orçamento Bruto de Pessoal*, traz o debate sobre as alterações do trabalho na esfera pública, com ênfase no conjunto de contrarreformas administrativas e previdenciárias que, por meio da precarização do trabalho, promove uma redução dos gastos orçamentários com pessoal pela União. A análise do autor busca desvelar a articulação indissociável que se dá entre a punção da parcela orçamentária que é destinada às políticas sociais e a parcela que é destinada ao pagamento do funcionalismo público, problematizando o permanente ajuste fiscal do Estado brasileiro.

O capítulo de Robson Roberto da Silva, *A Dinâmica da Neoliberalização e os ataques à Seguridade Social no Brasil*, faz uma análise dos governos nacionais desde o começo da década de 1990. Em seguida, procura demonstrar as consequências da ofensiva (ultraneoliberal) nas políticas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social), considerando os projetos em disputa nesse sistema de proteção social incorporado na Constituição Federal de 1988 a partir da reivindicação de setores democrático-populares. O destaque é dado ao contexto atual marcado pela ascensão de governos nacionais de extrema direita, que vêm impondo um projeto de sociedade que conjuga ultraneoliberalismo com neofascismo.

No capítulo *Desmonte e financeirização da Seguridade Social em tempos de pandemia*, as autoras Daniele Batista Brandt e Juliana Fiuza Cislighi realizam um debate sobre a mais imponente crise mundial do capitalismo no século XXI, delineando uma crítica ao ultraneoliberalismo no contexto da pandemia da COVID-19. As autoras analisam o aprofundamento do desmonte da Seguridade Social e a rearticulação de forças conservadoras e neofascistas, fator que desencadeou a retomada da lógica privatista na operacionalização do pagamento do auxílio emergencial, ataques ao Orçamento da Seguridade Social e uma hecatombe na vida da população com efeitos cada vez mais

perversos para a classe trabalhadora, sobretudo os seus segmentos pauperizados e precarizados.

No trabalho de Debora Lopes de Oliveira, Maurílio Castro de Matos e Rodriane de Oliveira Souza, *Crise capitalista e desestruturação de direitos: seus efeitos na política de saúde e para os trabalhadores do setor*, os autores discutem o tensionamento em torno do direito à saúde, determinado tanto pela lógica da crise capitalista como pela face ultraneoliberal e ultraneoliberal dos recentes governos brasileiros e que marca a atual política de saúde e as condições e relações de trabalho, inclusive de mobilização, organização e resistência dos trabalhadores do setor. Ressalta-se a desestruturação do direito à saúde intensificada pela crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 e pelo recrudescimento das medidas privatizantes e destrutivas do Sistema Único de Saúde (SUS). Por fim, aponta aspectos da direção da necropolítica de combate à pandemia no Brasil e indica a necessidade dos trabalhadores do setor se apropriarem e defenderem a legitimidade do SUS e os fundamentos da Reforma Sanitária no debate da crise sanitária e nas ações de enfrentamento à pandemia.

Mossicleia Mendes da Silva, no capítulo, *Crise capitalista e pandemia: questões sobre a política de assistência social*, traz uma contribuição acerca da política de assistência social, analisando os movimentos recentes de desmonte das políticas sociais e destruição de direitos, como processos fundamentais em uma conjuntura de radicalização neoliberal, única forma possível de atuação do Estado no capitalismo contemporâneo. A abordagem se funda, ainda, na compreensão de que a crise sanitária aprofunda e adensa a crise econômica, mas não é sua causa precípua como defendem os apologetas do capital.

No capítulo, *Expropriação de direitos, capitalismo dependente e transferência de renda: reflexões sob os efeitos da pandemia da COVID-19*, Ana Paula Mauriel apresenta reflexões sobre os programas de transferência de renda sob a pandemia da COVID-19. Partindo da análise das expropriações de direitos no contexto de crise e da reprodução ampliada da dependência sob o neoliberalismo, faz uma síntese das principais iniciativas de transferência de renda desde o início

dos anos 1990 no Brasil, mostrando seu vínculo orgânico com o trabalho desprotegido e com projeto neoliberal em curso.

Rodrigo Silva Lima, no capítulo *Assistência Social, Orçamento Enxuto e Violência Abundante Contra Crianças e Adolescentes*, analisa a relação entre o aumento da violência contra crianças e adolescentes na cidade do Rio Janeiro em face ao desfinanciamento da assistência social e ao recrudescimento de ações coercitivas por parte da Prefeitura. Partindo de dados orçamentários dos quatro últimos governos municipais, o autor demonstra que mesmo arrecadando recursos bilionários, as sucessivas gestões foram incapazes de superar a lógica subalterna do orçamento da assistência social quando comparada a outras políticas sociais, particularmente se comparada aos investimentos recentes na segurança pública. O texto desfecha mostrando como crianças e adolescentes têm suas vidas atravessadas pelo racismo e por múltiplas expressões da questão social, apontando alguns desafios para superar a produção de infâncias desiguais.

O capítulo *Sistema prisional brasileiro em contexto de pandemia de COVID-19: entre a expropriação de direitos sociais e as lutas dos movimentos sociais*, da autora Fernanda Kilduff, analisa o processo de expropriação de direitos no sistema prisional brasileiro, durante a pandemia de COVID-19, com ênfase na particularidade carcerária do Estado de Rio de Janeiro, e reflete sobre as principais estratégias acionadas pelas organizações e movimentos sociais, vinculados à defesa de Direitos Humanos de pessoas privadas de liberdade.

Ana Paula Procopio da Silva, no capítulo *Racismo e Ultraneoliberalismo: uma relação necessária às reflexões sobre a expropriação de direitos na crise contemporânea do capital*, estabelece uma percuciente relação entre o racismo e a expropriação de direitos na crise contemporânea do capital, como expressão da dinâmica estrutural que entrelaça capitalismo e relações raciais nas particularidades da formação sócio-histórica brasileira. A autora parte do pressuposto do racismo como um componente estrutural e estruturante das relações de dominação e exploração de classe, que não se origina nestas relações, mas que adquire uma forma especificamente capitalista. Seu texto encerra com uma crítica contundente acerca da expropriação de direitos observada com as medidas de caráter ultraneoliberal ado-

tadas pelo governo federal, cujo resultado aponta para superexploração da força de trabalho e encurtamento da vida dos segmentos pobres e negros.

No capítulo *Uma análise das políticas para as mulheres no Brasil no período de 2003-2020*, as autoras Renata Gomes da Costa e Monique Soares Vieira, analisam a implementação de políticas para as mulheres no Brasil a partir da criação e ampliação de mecanismos institucionais que possibilitaram o surgimento de uma rede de serviços e de ações, visando a melhoria da qualidade de vida das mulheres brasileiras. Para isso, apresentam-se dados e informações, com o objetivo de refletir sobre os avanços, e principalmente, sobre os limites das políticas para as mulheres, a partir de mudanças orçamentárias e de concepção teórico-política, desde 2015 até o momento atual (agosto de 2020) em relação ao enfrentamento às desigualdades de gênero.

*Ana Paula Ornellas Mauriel  
Fernanda Kilduff  
Mossicleia Mendes da Silva  
Rodrigo Silva Lima*

Niterói, Rio de Janeiro,  
primavera de 2020.

## Referências

BENJAMIN, Cid. Como chegamos aqui? Para onde vamos? (2020). In: **O ovo da serpente: a ameaça neofacista no Brasil de Bolsonaro**. Cid Benjamin, Felipe Demier, Valério Aracy (ORGs). 1. ed. Rio de Janeiro: MauadX, 2020.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BRAGA, Ruy. **Rebeldia do Precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

CHOMPSKY, Noam. **Internacionalismo ou Extinção**: reflexões sobre as grandes ameaças à existência humana com prefácio sobre o corona vírus. São Paulo: Planeta, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauadx, 2017.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MÉSZÁROS István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Unicamp, 2011.